



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Sexta-feira
(16/02)**

Manchetes

G1: Governo federal decide decretar intervenção na segurança pública do RJ

UOL: O que a prisão de uma gestante com 40g de maconha revela sobre o sistema carcerário brasileiro

G1: Secretaria de governo federal vai acompanhar caso de mãe que ficou em cela com filho recém-nascido em SP

JOTA: STF deve julgar dia 20 prisão domiciliar para mulheres grávidas

O Globo: Para especialistas, Ministério da Segurança Pública aumenta gastos sem benefícios concretos

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Intervenção: **G1** noticia que o presidente Michel Temer decidiu decretar intervenção na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. O decreto deve ser assinado no início da tarde desta sexta-feira (16). Com essa medida, as Forças Armadas assumem a responsabilidade do comando das Polícias Civil e Militar no estado do Rio. A decisão, tomada após reunião de emergência no Palácio da Alvorada, na noite de quinta-feira (15), ainda terá que passar pelo Congresso Nacional.

Crise de confiança: O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandar Felix de Paiva, afirmou ao **G1** nesta quinta-feira (15) que a "grave crise de confiança" gerada pelas recentes declarações do diretor-geral da PF, Fernando Segovia, vai "demorar a passar". Para o delegado, serão necessárias ações concretas para encerrar o mal-estar gerado dentro da corporação.



Sem garantias: O **Globo** noticia que o plano do governo federal de criar um Ministério da Segurança Pública, a partir de um desmembramento de parte da estrutura do Ministério da Justiça, é alvo de críticas de especialistas em contas públicas. Para eles, a medida tem caráter meramente simbólico, inchando a máquina pública sem trazer qualquer benefício concreto à população.

Sistema Prisional

Mulheres grávidas: **JOTA** noticia que o habeas corpus coletivo da Defensoria Pública da União e das defensorias estaduais, no qual se postula a concessão de prisão domiciliar a todas as mulheres grávidas do país que estejam presas preventivamente, será julgado na próxima sessão (202) da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O HC 143.641, ajuizado em maio do ano passado e que tem como relator o ministro Ricardo Lewandowski, pede que a medida seja aplicada a todas as mulheres que “ostentem a condição de gestantes, parturientes ou mães com filhos de até 12 anos de idade sob sua responsabilidade”.

Crise carcerária: A negativa da Justiça em conceder liberdade domiciliar a uma gestante de 24 anos presa com 27 papérolas de maconha (cerca de 40 gramas) no último final de semana, em São Paulo, contrastou com decisões recentes do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre tráfico ou sobre a cessão de penas alternativas a mães com filhos pequenos, caso da ex-primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo. Para especialistas ouvidos pelo **UOL**, o caso revela conservadorismo e seletividade do Judiciário.

Demora na instalação: **G1** informa que a Controladoria-Geral do Estado (CGE) instaurou uma auditoria para apurar a demora na implantação de bloqueador de celulares em presídios de Mato Grosso. O equipamento foi adquirido pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) por R\$ 2,5 milhões, mas ainda não começou a ser usado. Por meio de nota, a Sejudh informou que o equipamento, que tem tecnologia israelense e foi entregue pela fabricante em dezembro passado, deverá ser instalado nas



maiores unidades prisionais, mas não deu um prazo para a implantação. Segundo a pasta, o sistema ainda não está sendo usado porque os servidores estão passando por treinamentos tanto pela secretaria, quanto pelo fabricante.

Caso investigado: A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, do governo federal, designou na quinta-feira (15) uma equipe para acompanhar o caso do bebê recém-nascido que ficou com a mãe na cela de uma delegacia de São Paulo na última terça-feira (13). A Secretaria informou que considera o caso de "delicadeza que envolve recém-nascido em cela". O Ministério da Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos também foram acionados "para acompanhar o caso e garantir a dignidade desta mulher". Notícia do **G1**.

Monitoramento eletrônico: **G1** noticia que com a determinação da Justiça do Amazonas de desativar o regime semiaberto do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, em até 45 dias, equipes multidisciplinares da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) atuarão em uma espécie de filtragem dos presos que passarão a ser monitorados eletronicamente. De acordo com o titular da Seap, Cleitman Coelho, as equipes avaliarão aspectos como a conduta dos presos para verificar se eles poderão ser enquadrados na medida. Futuramente será analisada a construção de uma nova unidade para o regime semiaberto, em estrutura padrão e aprovada pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e em local apropriado, separado do regime fechado do Compaj.